

A racionalidade governamental contemporânea, a educação profissional e a produção dos novos sujeitos¹

Maria Inês Utzig Zulke²

Resumo

Este artigo analisa os efeitos das transformações contemporâneas nos processos de subjetivação dos trabalhadores em escolas públicas de educação profissional em um contexto de reforma do Estado. Trata-se de um estudo que recorta algumas proposições do Plano de Reforma do Estado que têm sustentado o discurso governamental sobre a ineficiência do serviço público, justificando a introdução no seu interior de modos de operar característicos da lógica privada e empresarial. A pesquisa demonstra que a Reforma do Estado engendrou um conjunto de procedimentos e de saberes considerados úteis para a conformação de sujeitos e de instituições adequados às novas configurações do capitalismo. Finalmente, o estudo enfatiza a heterogeneidade do Estado e a multiplicidade discursiva que possibilitam vislumbrar as resistências que coexistem no interior do campo de pesquisa.

Palavras-chave: Reforma do Estado. Processo de subjetivação. Educação profissional.

Abstract

This article analyses the effects of contemporary transformations on the subjectivation processes of workers in public professional educational schools in a context of State Reform. It is about a study that focus on some propositions related to the State Reform Plan which have supported the governmental discourse concerning the inefficiency of public services, used to justify the introduction of operating ways which are characteristics of the private and enterprising logic. The research shows that the State Reform generated a series of procedures and knowledge considered useful in the conformation of individuals and institutions adequated to the new configurations of capitalism. Finally, the study emphasizes the State heterogeneity and the discursive multiplicity which make possible to conjecture the resistances that coexist in the interior of the research field.

Keywords: State reform. Subjectivation processes. Professional education.

¹ Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, RS. Orientador: Prof. Dr. Henrique Caetano Nardi. Data da defesa: 10 de julho de 2007.

² Psicóloga, Diretora executiva da Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, Novo Hamburgo, RS. E-mail: mariaines@liberato.com.br

1 Subjetividade, trabalho e estado: um diálogo entre diferentes campos disciplinares

A problemática da reforma, incluindo os seus desdobramentos na educação profissional, constitui o cenário social e institucional em que se dá a minha intervenção profissional, emergindo como objeto da pesquisa. Trata-se de um estudo que recorta algumas proposições do Plano de Reforma do Estado que têm sustentado a introdução, no seu interior, de modos de operar característicos da lógica privada e empresarial, com o objetivo de dar agilidade, eficiência e qualidade aos serviços.

A questão da reforma não é abordada no sentido estrito, mas sim para buscar compreender como as transformações macrosociais afetam a vida e o trabalho dos sujeitos trabalhadores. O objetivo é investigar as relações entre a subjetividade e um trabalho que tem sido permanentemente colocado em questão pela sociedade, procurando conhecer os efeitos das transformações nas formas de reconhecimento social, expresso através dos baixos salários e da utilização corrente de estereótipos negativos que desqualificam o trabalho dos servidores.

Para a realização da pesquisa, nos deparamos com algumas dificuldades teóricas, que reforçam a importância desta investigação. Em primeiro lugar, acreditamos que a singularidade do público em relação ao privado exige categorias conceituais diferentes daquelas comumente utilizadas para a análise das organizações privadas, entretanto existem poucos estudos sobre o tema, o que, se por um lado legitima o presente trabalho, por outro incrementa as dificuldades de realizá-lo. Esta situação pode ser confirmada na citação de França (1993, p. 11-12):

A ausência de estudos sistemáticos que busquem aprofundamento teórico e metodológico no campo das Ciências Sociais é, provavelmente, a maior responsável pela permanência de mitos e lugares-comuns sobre o funcionário do Estado. A imagem popular ganha ares de verdade científica: rotina, ineficiência, desinteresse, complicação de procedimentos, burocracia, classe

média, parasitas, conformistas. Assim como as coisas públicas, eles “não funcionam” e recebem até demais pela estabilidade e o pouco que trabalham. Ainda que esses estereótipos possam corresponder em graus e formas variadas ao funcionamento dos aparelhos do Estado e seus empregados – os burocratas –, o que vale aqui ressaltar que eles têm dificultado em muito a possibilidade de uma aproximação não preconceituosa desta categoria.

A segunda dificuldade reside justamente na tradição fragmentada do estudo das categorias subjetividade e trabalho, pois a compreensão da relação entre estas categorias implica conhecer os modos de vida e os sentidos atribuídos às experiências de trabalho dos sujeitos. Para Nardi (2002, p. 20),

[...] pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica compreender os processos através dos quais as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar e sentir, amarrados em dados momentos – mais ou menos duráveis – que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos.

Assim, mesmo o trabalho sendo tratado como uma categoria central da Sociologia, somente foi incorporado recentemente, a partir de sua especificidade, como um elemento constitutivo da subjetividade, categoria central para a Psicologia. Por isso, a compreensão da relação subjetividade e trabalho exige um esforço teórico que busque um diálogo interdisciplinar. Nas últimas décadas, a relação subjetividade e trabalho vem sendo estudada a partir de novas perspectivas teóricas que buscam superar uma visão dicotômica acerca do indivíduo e sociedade, mundo interno e mundo externo. A definição de subjetividade remete a um espaço de intersecção, de cruzamento de olhares e saberes, uma vez que não é reduzida a um fenômeno psíquico individual e tampouco como sinônimo de interioridade. Conforme Naffah Neto (1998, p. 70-71),

[...] o mundo não é tão somente exterior, nem tão somente interior, está sempre fora e dentro ao mesmo tempo, ou melhor, dizendo, constitui-se numa imbricação de

um exterior e de um interior, fluindo e refluindo por momentos de projeção e introjeção. [...] Ao fora aprendemos a chamar de mundo; ao dentro de subjetividade.

Por último, a compreensão das transformações que ocorrem no âmbito do Estado em uma dimensão ainda pouco estudada, que é a subjetividade, exige igualmente uma escolha teórica e epistemológica que reafirma uma postura de diálogo entre diferentes campos disciplinares. Na pesquisa, a problemática reformista é entendida como um sintoma de rearticulação de saberes e técnicas na produção de uma forma política centralizadora da gestão da vida e do trabalho dos indivíduos. Assim, alguns recortes conceituais importantes oriundos de distintas tradições teóricas são deslocados de sua forma conceitual de origem, especialmente no campo das ciências sociais.

2 O percurso metodológico

O trabalho de campo foi realizado em duas instituições de educação profissional, situadas na região do Vale do Rio dos Sinos. Foram escolhidos dois grupos de trabalhadores de cada escola, constituídos por funcionários e professores que ingressaram nas escolas em dois períodos históricos distintos, um grupo que iniciou suas atividades logo após a criação dos estabelecimentos, nos anos setenta, e outro grupo que ingressou na escola na década da Reforma do Estado, ou seja, a partir dos anos oitenta.

As duas instituições escolhidas foram criadas na década de 1960, no período da industrialização e da reforma na educação no Brasil, a qual implantou o ensino profissionalizante. O ensino profissionalizante naquele período tinha como objetivo formar mão-de-obra para a indústria emergente. Ambas as escolas foram criadas através da mobilização de empresários locais que identificavam a necessidade de qualificar jovens oriundos das camadas empobrecidas para trabalhar nas empresas da região. A qualificação, naquela época, estava relacionada a um contexto produtivo,

cujo modelo de organização do trabalho era taylorista-fordista, diferentemente da noção de competência utilizada atualmente no contexto da reestruturação produtiva.

A escolha do campo empírico da pesquisa buscou compreender as novas configurações do público e do privado no mundo do trabalho e na produção de subjetividade, uma vez que as escolas pesquisadas são paradigmáticas de uma aparente contradição. Ambas devem lidar com as transformações contemporâneas do capitalismo, nas quais está inserida a Reforma do Estado, enfrentando os impactos destas mudanças nas condições de trabalho, na função social da sua atividade profissional, na adoção de ferramentas de gestão das empresas privadas, ao mesmo tempo em que devem preparar os recursos humanos para este tempo de flexibilização, de polivalência, da supremacia do individualismo, enfim, afirmando o ideal do novo trabalhador, agora um empreendedor de si e do mundo.

Para o estudo sobre os efeitos das transformações contemporâneas nos processos de subjetivação dos trabalhadores do serviço público-estatal em um contexto de Reforma do Estado do Rio Grande do Sul, foram utilizadas como instrumento de pesquisa, entrevistas que buscam reconstituir as trajetórias de vida e são inspiradas na perspectiva da abordagem biográfica, proposta por Cabanes (2001), aliada à análise foucaultiana, buscando compreender como os relatos são atravessados pelos enunciados do dispositivo da Reforma do Estado. A pesquisa estuda os processos de subjetivação de um grupo específico de servidores em um contexto delimitado. Portanto, não existe intenção de generalização das conclusões que serão obtidas. Entretanto, segundo Cabanes (2001), toda história individual refere-se, necessariamente, a uma história de interação com a comunidade e com a sociedade a qual pertence.

De acordo com Ferrarotti³, citado por Nardi (2002, p.114), a abordagem biográfica apresenta-se como alternativa para fazer a mediação entre a história individual e a história

³ FERRAROTTI, Franco. *Histoire et vie: la méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

social. A relação entre a história social e a história individual não é vista pelo autor como linear nem constitui um determinismo mecânico, pois o indivíduo é sujeito ativo do mundo social. Para ele, há uma "reapropriação singular do universo social e histórico" pelo indivíduo, o que significa a possibilidade de "conhecer o social a partir da especificidade irreduzível de uma práxis individual".

O relato das entrevistas foi construído a partir de uma questão inicial apresentada aos sujeitos da pesquisa sobre o significado de trabalhar em uma instituição pública-estatal. As entrevistas tiveram por objetivo conhecer as trajetórias de vida e de trabalho, observando alguns aspectos relativos a temas constantes no Projeto da Reforma do Estado (BRASIL, 1995), tais como: a estabilidade do trabalhador no emprego público; a ineficiência do serviço público e a precarização do trabalho; a implantação do modelo de gestão gerencial por meio da Reforma Administrativa no Estado do Rio Grande do Sul; a compreensão da Reforma do Estado por parte dos entrevistados; a reforma da educação profissional e a formação dos novos sujeitos empreendedores. As entrevistas foram realizadas individualmente e seguiram ainda um roteiro auxiliar.

3 O papel do Estado no contexto de transformações do capitalismo

A discussão sobre o papel do Estado está inserida no contexto de transformações do capitalismo que tem impactos relevantes no mundo do trabalho. A sociedade contemporânea vive a transformação do papel do Estado, modelado no interior de um regime de verdades legitimador de um conjunto de práticas governamentais que encaminha, para o setor privado, atribuições relativas ao cuidado da população. O conceito de regime de verdades é definido por Foucault (1995b, p.131) como,

[...] tipos de discursos que a sociedade acolhe e faz funcionar como verdadeiro: os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados falsos ou verdadeiros; a maneira pela qual se sanciona a ambos; as técnicas e os procedimentos que

são valorizados para obtenção da verdade; o estatuto daquele que se encarrega de dizer o que funciona como verdade.

Na década de noventa, passa a se conformar um novo cenário com a reforma do Estado, instaurando uma transformação na estruturação do aparelho administrativo. O campo estatal vai conviver com a progressiva introdução da lógica e dos mecanismos que regem o mundo das empresas privadas, resultado da incorporação de novas práticas discursivas e não discursivas associadas a saberes da Economia e da Administração próprios ao setor privado, com o objetivo de dar agilidade, eficiência e qualidade aos serviços.

No Brasil, a Reforma do Estado foi desencadeada pelo Governo Federal a partir de 1995, produzindo uma transformação na estrutura do aparelho estatal. As reformas promovidas no governo Fernando Henrique Cardoso inserem o Brasil na nova ordem mundial, propiciando a expansão do livre mercado e de sua lógica, introduzindo, assim, a racionalidade mercantil na esfera pública. Na transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível, o Estado de bem-estar social, que não chegou a ser constituído na sua expressão clássica nos países de capitalismo periférico, dá lugar a um Estado gestor, que carrega em si a racionalidade empresarial e torna as teorias organizacionais, antes restritas aos muros das empresas privadas, agora referências para a estrutura estatal.

Do ponto de vista normativo dessas transformações, destaca-se a elaboração do Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAF), pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), cujo Ministro era Luiz Carlos Bresser Pereira, um dos principais teóricos do projeto. O documento denominado "Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado" diz que a "crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado" (BRASIL/MARE, 1995, p.2).

A crise do Estado no Plano Diretor (BRASIL, 1995, p. 15), é definida como: (1) crise fiscal, caracterizada pela crescente perda de crédito por parte do Estado e pela poupança pública

que se torna negativa; (2) o esgotamento da estratégia estatizante de intervenção do Estado, a qual se reveste de várias formas: o Estado de bem-estar social nos países desenvolvidos, a estratégia de substituição das importações no terceiro mundo, e o estatismo nos países comunistas; e (3) a superação da forma de administrar o Estado, isto é, a superação da administração burocrática.

O plano delimitou a nova área de atuação do Estado, realocando atividades para o setor privado ou o setor público não-estatal e reorganizando as funções que permaneceram no âmbito estatal. De acordo com o então ministro, o setor público-estatal corresponderia às “[...] entidades do terceiro setor, [...] entidades sem fins lucrativos, organizações não-governamentais, organizações voluntárias” (BRESSER PEREIRA, 1998, p. 26). Dessa forma, o papel do Estado foi delimitado pelos processos de privatização, publicização (transferência de um serviço da esfera estatal para a não-estatal) e terceirização.

De acordo com Bresser Pereira (1998), estariam lançadas as bases para a implantação de uma nova lógica de gestão da chamada coisa pública, denominada de “administração gerencial”. Entretanto Benites (2002) alerta que a introdução desta nova lógica e dos mecanismos que regem o mundo das empresas privadas não se restringe apenas a uma mudança na forma de gestão. Trata-se de uma sutil forma de privatização que exclui somente o núcleo estratégico do novo Estado, pois transfere funções diretamente para o setor privado ou permanece operando no seu interior, utilizando os princípios gestados na esfera produtiva privada: competitividade, qualidade, redução de custos. Estas transformações foram justificadas como necessárias para garantir ao aparelho estatal um caráter flexível e eficiente capaz de enfrentar os desafios impostos pela globalização e pela demanda crescente de serviços públicos.

Torna-se importante mencionar que a cultura do serviço público no Brasil está significativamente associada ao processo de formação do Estado brasileiro, sendo que a

questão da eficiência e do desempenho relacionada à gestão da máquina administrativa constitui um dos traços presentes nas diversas análises produzidas. Porém é importante ressaltar que as análises do funcionamento estatal brasileiro possibilitam pensar o desempenho do serviço público não em termos absolutos de eficiência e ineficiência, como sendo uma disfunção ou como uma falha da organização. Em vários momentos da história do País, o Estado cumpriu a sua finalidade com grande eficiência, como demonstrado por Fiori, ao se referir ao período de 1930-1980, quando afirma que:

No cumprimento de seu papel dentro do velho projeto de desenvolvimento nacional, o Estado criou uma ampla e complexa institucionalidade, que se expandiu, especializando-se de forma contínua através de todo o período. Como produtor e coordenador de grandes blocos de investimento e principal agente de centralização financeira, o Estado brasileiro acabou montando burocracias econômicas competentes na gestão de suas agências, bancos e empresas produtivas (1995, p.102).

Neste estudo, propomos que o desempenho no serviço público seja analisado a partir de uma perspectiva foucaultiana, na qual o padrão eficiência seja entendido como uma produção política e social, ao contrário da análise feita pelos formuladores da Reforma Administrativa que o reduzem a um problema de paradigma de gestão.

No modelo da Reforma, a função do governo passa a ser justamente a de propiciar as condições políticas e sociais para que o funcionamento do mercado seja o melhor possível. No interior dessa racionalidade, o governo direciona suas ações para esse novo objetivo, instituindo novas práticas discursivas capazes de garantir as condições de funcionamento do mercado como uma necessidade primordial para as mudanças na máquina estatal. As práticas discursivas são entendidas a partir da seguinte formulação apresentada por Foucault.

As práticas discursivas não são pura e simplesmente modos de fabricação de

discursos. Ganham corpo em conjuntos técnicos, em instituições, em esquemas de comportamento, em tipos de transmissão e difusão, em formas pedagógicas, que ao mesmo tempo as impõem e as mantêm (1997, p. 12).

A reforma do Estado é analisada na pesquisa porque opera como um dispositivo no âmbito público-estatal que introduz as transformações que ocorrem no capitalismo contemporâneo. O dispositivo é compreendido por Foucault como sendo,

[...] um conjunto heterogêneo que engloba discurso, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1984, p. 244).

Para o autor, o dispositivo pressupõe a existência de um tipo de jogo de poder, de caráter estratégico que modifica as posições e funções entre estes elementos heterogêneos apontados, pois

o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de forças sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1984, p. 246).

4 A racionalidade governamental contemporânea e a produção dos novos sujeitos

Esta pesquisa toma como referência dois eixos para sua análise: o primeiro atualiza as estratégias adotadas pela governamentalidade contemporânea com a progressiva introdução no serviço público da lógica e dos mecanismos presentes na esfera produtiva privada buscando a normalização de sujeitos e instituições a esta nova racionalidade política. O segundo eixo trata dos efeitos das medidas reformistas nos processos de subjetivação dos trabalhadores,

ou seja, compreender como estes novos saberes e técnicas intervêm nas trajetórias de vida e de trabalho.

Procuramos compreender o papel da Reforma do Estado como dispositivo nas estratégias adotadas pela governamentalidade contemporânea, uma vez que o trabalho educacional é modelado e modulado por certos mecanismos da racionalidade reguladora estatal. Foucault apresenta o conceito de governamentalidade para designar este novo e específico tipo de racionalidade, baseado na organização e controle das condutas que agora têm por alvo a população. A governamentalidade – ou a arte de governar – caracterizada por um conjunto de saberes constitutivos de uma nova racionalidade é que irá desenhar o Estado moderno.

O conceito de governamentalidade contribui com o nosso estudo sobre a Reforma do Estado, pois vimos que o próprio Foucault sugere que a compreensão do Estado deve considerar as táticas gerais da governamentalidade. Além disso, esta categoria conceitual introduz a dimensão do sujeito, que se constitui, na relação com as mudanças operadas no trabalho, objetivo principal do nosso estudo. A abordagem foucaultiana possibilita a articulação da problemática das práticas de “governamentalidade”, no nível da população e, no nível do indivíduo, pois os funcionários das instituições estudadas constituem-se, ao mesmo tempo, como alvos e como veículos das políticas de governo. As políticas administrativas conduzidas no processo de Reforma do Estado funcionam como mecanismo de regulação importante nas estratégias de governo.

O deslocamento do governo dos outros para o governo de si permite introduzir a temática da autoconstituição do sujeito. Ao descrever as tecnologias de governo na análise do poder, Foucault constitui as técnicas de si, e a relação entre ambas é definida pelo autor como governamentalidade. Mentalidades de governo são racionalidades políticas pelas quais governar se torna uma questão de conduzir de forma calculada as condutas de si e dos outros buscando atingir certos objetivos (BAMPI, 2003).

Quando Foucault analisa o dispositivo da sexualidade se dá conta de que o exercício do

poder não deve ser entendido como pura violência ou coerção, uma vez que o poder consiste em relações complexas. Dessa forma, as relações de poder implicam dominação e resistência. As lutas forjadas nos processos de dominação e resistência permitem uma maior visibilidade do poder, questionando o estatuto do indivíduo e afirmando o direito de ser diferente, o que os torna indivíduos singulares. Por outro lado, ataca aquilo que rompe a relação do indivíduo com os outros, ligando-o a sua própria identidade de modo coercitivo. O autor atribui dois sentidos para a palavra sujeito: “sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a” (FOUCAULT, 1995a, p. 235).

Após ter estudado o campo de governo, partindo das técnicas de dominação, Foucault passa a analisar as tecnologias de governo não somente orientada para os outros, mas também para si e conclui: “se quisermos analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, é preciso considerar não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas de si” (2004, p. 95).

Ramminger (2005) problematiza a discussão do assujeitamento em Foucault que deve ser relevantemente considerada na análise da relação subjetividade e trabalho, pois o aprisionamento às normas traz em si mesmo as possibilidades de resistência.

Conforme Ramminger (2005, p. 26),

estudar a relação entre subjetividade e trabalho é estar atento, portanto, não apenas às formas de assujeitamento, mas também às transgressões e às possibilidades de invenção de outros modos de lidar com as normas, quicá transformando-as.

Nardi (2002, p. 20) propõe pensar a subjetividade através dos processos e dos modos de subjetivação. O processo de subjetivação é “a maneira como o conjunto de regras que define cada sociedade é experienciado em cada trajetória de vida”, enquanto os modos de subjetivação referem-se à forma predominante como os sujeitos se relacionam com a regra, reconhecendo-se como impelidos a colocá-la em prática.

Michel Foucault utiliza a ferramenta genealógica para compreender “O que somos hoje”, buscando encontrar no passado as condições de possibilidade de ser o que somos no presente. A genealogia produz uma ruptura com um tipo de fazer histórico, que se preocupa em encontrar uma origem fundacional para determinados conceitos ou práticas. Para o autor, a verdade é produzida, e cada época determina o que pode ser dito e pensado, a partir do que ele chama de “jogos de verdade”. Os jogos de verdade são os diferentes procedimentos que conduzem a uma verdade ou regime de verdades que sustenta uma determinada forma de dominação. Há, portanto, uma luta permanente entre diferentes campos de saber que produz determinados regimes de verdade.

As investigações de Foucault para compreender “como nos tornamos sujeitos”, em cada tempo e em cada contexto, nos indicam a necessidade de identificar os regimes de verdade que balizam os processos de subjetivação dos trabalhadores de nossa pesquisa. Por isso, a perspectiva genealógica é adotada na pesquisa para compreender como os diferentes discursos sobre o trabalho no serviço público-estatal, que legitimam a Reforma do Estado, incidem sobre a vida dos trabalhadores, neste estudo, trabalhadores de escolas técnicas, determinando o seu modo de trabalhar e a experiência que fazem de si mesmos.

É preciso reconhecer que as táticas de governo contemporâneas não seriam eficazes sem a mobilização das subjetividades para esse objetivo. O circuito da governamentalização no aparelho administrativo escolar se completa com a produção da sujeição dos seus trabalhadores, que envolve também as diversas formas de resistência praticadas.

Benites (2002) acredita existir um nexo entre o controle e a regulação da vida dos indivíduos na atividade dos trabalhadores do serviço público e as práticas exercidas por esses mesmos trabalhadores sobre si como forma de prender o trabalhador à sua própria identidade. O exercício do governo de si seria condição para o exercício do governo dos outros. A subjetivação, no caso do serviço público

escolar, aproximar-se-ia da sujeição, ao conjunto de normas e conteúdos que fazem deste trabalho um mecanismo de segurança estratégico para o exercício do governo da população e estratégico na produção de um sujeito moralmente “apegado” à sua identidade de trabalhador no serviço público.

A Reforma do Estado como um dispositivo engendrou um conjunto de procedimentos e de saberes considerados úteis para a conformação de sujeitos e de instituições adequados às necessidades contemporâneas, no nosso caso orientado aos trabalhadores das escolas e aos futuros trabalhadores que estão sendo formados por estas instituições. Ou seja, este conjunto de procedimentos e saberes da lógica privada, implantados no setor público-estatal como garantia de eficiência e qualidade, é o mesmo que está nos currículos dos cursos técnicos, agora também reformados e atualizados para a (con)formação do novo sujeito trabalhador.

A concepção foucaultiana adotada neste trabalho, que demonstra a impossibilidade de reduzir o funcionamento do poder ao funcionamento do Estado ou da Administração, é importante para compreender que o Estado não pode ser visto como origem do governo, mas como constituinte e constituidor de um campo de cálculos e de intervenções (FOUCAULT, 1995a). A Reforma do Estado deve ser analisada dentro desta perspectiva, como um dispositivo – em múltiplos circuitos de poder – que atualiza o exercício do governo da população em consonância com as novas configurações da sociedade.

As noções de público e privado, analisadas na obra de Hannah Arendt (2001), constituem-se nos elementos centrais para pensar a contemporaneidade, cuja lógica da privatização invade as instituições, os sujeitos e os espaços públicos. A autora remonta à Grécia Clássica para mostrar como o equilíbrio da existência dos gregos se sustentava na clara demarcação entre o espaço público, da pólis, espaço da liberdade e da ação, e o espaço da vida privada, da família. A liquidação da dicotomia começa a ser produzida no momento em que a própria dicotomia é elaborada cientificamente, ou seja, quando é capturada pela economia política e

associada ao domínio estatal, coincidindo com a transferência dos instrumentos de governo dos grupos populacionais da lei para a norma, que age, sobretudo, na esfera do social.

Conforme Arendt (2001, p. 79),

a contradição entre o privado e o público, típica dos estágios iniciais da era moderna, foi um fenômeno temporário que trouxe a completa extinção da própria diferença entre as esferas privada e pública, e a submersão de ambas na esfera do social.

Na verdade, a diluição da antiga divisão alterou profundamente o significado da própria dicotomia, e os termos desta dicotomia agora são estabelecidos segundo uma racionalidade governamental inteiramente diferente. Bauman (2001) e Sennett (2000) apontam para o fato de que o mundo outrora chamado de “moderno” vem passando por transformações e vem se (des/re)organizando de tal maneira que os modos como experimentamos esse mundo estão sendo profundamente modificados. As formas de ordenamento consideradas modernas, ao serem rearranjadas, transformam o próprio caráter de moderno, engendrando, assim, a contemporaneidade que quanto mais combina os diversos elementos que a compõem (discursos, práticas, mecanismos, dispositivos, procedimentos, técnicas), mais dificulta a percepção desses elementos em separado.

De acordo com Bauman (2001), um dos deslocamentos mais poderosos operado na contemporaneidade diz respeito à intensificação e à expansão da lógica de mercado que passam não apenas a influenciar, mas também e principalmente a coordenar, conduzir, induzir, arranjar, orientar a organização dos espaços e o controle da ordem. Trata-se de um mercado em constante movimento, o que significa duas coisas: não fazer parte de nenhum lugar específico e, com isso, estender sua presença a quase todos os lugares. Disso resulta que dificilmente sabemos com certeza de que lugar as novas e móveis ordens serão estabelecidas, porque o controle está disperso e difusamente distribuído pelo corpo social. Porém o controle continua tendo efeitos normalizadores, só que a normalização das coisas relativas à vida cotidiana de cada um

e da massa populacional está passando por mudanças correspondentes às novas formas de organização da vida atual.

Richard Sennett (2000) faz uma análise dos impactos do capitalismo flexível sobre o caráter pessoal, na qual refere que o sistema de poder que se encontra nas formas de flexibilidade dos dias de hoje é mais sutil, mas continua presente no trabalho em equipes, flexitempo, recursos tecnológicos – os novos artifícios da dominação. Acrescenta, também, que a sociedade atual busca meios de destruir os males da rotina com as denominadas instituições flexíveis. A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade, ao invés de libertarem, teriam como resultado a produção de novas estruturas de poder e controle. A flexibilidade, conforme Sennett (2000), tornou-se um imperativo organizacional, estética e politicamente correto. As imagens que revelam agilidade, adaptação e leveza são valorizadas socialmente, ao contrário, a forma dura, rígida, pesada, que lembra gordura e sobras está associada a um padrão obsoleto, antiquado, que não condiz com as exigências voláteis da sociedade.

As críticas feitas ao serviço público inserem-se neste contexto, pois as imagens sobre o trabalho realizado na máquina pública evocam burocracia, lentidão, morosidade, rotina, estrutura pesada, estabilidade no emprego. Cenário que está na contramão da história de um tempo flexível, ágil, mutante, veloz, enxuto.

O autor argumenta, ainda, que uma vida de impulsos momentâneos, de ações de curto prazo e sem rotinas que se sustentem constitui uma existência irracional, sem objetivos nem propósitos. Sendo assim, o novo cenário econômico-social que traz termos excitantes como agilidade, flexibilidade e mudança não propicia a realização ambicionada, ao mesmo tempo em que corrói no indivíduo as qualidades que criam os laços entre os seres humanos e lhes conferem uma identidade sustentável.

Neste sentido, podemos dizer que outra transformação operada nos últimos tempos e conectada com as demais transformações contemporâneas refere-se à valorização generalizada do sujeito, traduzida por um individualismo cada vez mais afastado dos grandes sistemas de

sentido. A contemporaneidade parece acentuar a fabricação de certo tipo de sujeito privado, sujeito privatizado que vem sendo produzido desde a ascensão da esfera que Arendt (2001, p. 79) chama de “social”:

Daí o desaparecimento de ambas estas esferas da vida – a esfera pública porque se tornou função da esfera privada, e a esfera privada porque se tornou a única preocupação comum que sobreviveu. [...] a única coisa que as pessoas têm em comum são seus interesses privados.

Quando o próprio Estado assume a necessidade de uma administração do tipo gerencial, inspirando-se na lógica da administração de empresas identificadas com o setor privado, ficam evidentes a dissolução e a privatização do conceito de público ou, nas palavras de Hardt; Negri (2001, p.232), “o público é dissolvido e privatizado até como conceito”.

A transformação na delimitação do público e do privado, com o superinvestimento no íntimo e no familiar como constitutivos da subjetividade pós-moderna, “facilita” a construção e a manutenção da crença na importância do privado concomitante à desvalorização do público. Isso acontece já que o próprio processo de constituição subjetiva opera a partir do molde valorativo de um espaço em detrimento de outro e estabelece o suporte psíquico necessário à manutenção desse aspecto da ordem social.

O novo ser humano passa a ser o indivíduo produtor-consumidor que não é somente um empreendedor no sentido tradicional, mas, sobretudo, um empreendedor de si e do mundo. O trabalho de “auto-elaboração de si” torna-se a principal e mais rentável transação do mercado social em crescimento.

Nesta racionalidade de governo que se constitui, vê-se fortalecer progressivamente a idéia de que o novo ser humano é menos o sujeito disciplinado pelas técnicas de trabalho e pelas normas familiares do que o sujeito independente e senhor de si a que a nova lógica passa a exigir. Indivíduo que deve ser o “autor ativo” de suas escolhas de vida e também o único responsável pelos riscos e perigos que estas escolhas implicam. A segurança anteriormente

garantida pelo Estado se dissolve como imperativo de cada indivíduo.

5 A reforma da educação profissional

As mudanças estruturais do capitalismo contemporâneo impuseram um movimento de reformas institucionais também na esfera da educação brasileira. Na segunda metade dos anos noventa, uma série de transformações paradigmáticas desta nova racionalidade ocorreu na educação através da reforma curricular, realizada em todos os níveis e modalidades, e da reforma no financiamento educacional articulado com a política avaliativa do Sistema Nacional de Avaliação, dentre outras ações. Tais medidas visam à rearticulação das esferas pública e privada, que resultam dos deslocamentos do capital no processo de universalização do capitalismo.

No campo da educação profissional, um conjunto de medidas legais do governo federal compõe, igualmente, o projeto de reforma nesta área visando estabelecer uma rede própria, separada da rede regular da educação básica, acompanhada de uma nova organização curricular com objetivo de adequar a formação às tendências do mundo do trabalho.

O diagnóstico que constitui a base de argumentação para definição do novo perfil do trabalhador e do conteúdo da nova educação profissional diz que “um novo paradigma tecnológico e um novo padrão industrial estão em construção no sistema capitalista, desde os anos oitenta, em resposta à crise sistêmica que ainda perdura...” (KIRSCHNER, 1993).

A flexibilização da educação profissional era apresentada como um dos princípios norteadores da reforma. Em termos organizativos, essa flexibilidade se concretizaria na possibilidade de criação, alteração e extinção de cursos e na alocação de vagas segundo as demandas da esfera produtiva. Em termos curriculares, a flexibilidade seria expressa na modularização dos cursos e viabilização de diferentes itinerários formativos, e numa formação orientada para um perfil técnico também flexível, capaz de adaptar-se a novas exigências de qualificação.

A aproximação entre ensino técnico e empresas, tanto na gestão quanto na reorientação dos currículos, era justificada no discurso governamental segundo uma lógica que atribuía às empresas ou às pesquisas de mercado a capacidade de orientar as decisões sobre currículos e ofertas de vagas.

O novo paradigma pedagógico proposto nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico passa a ter o foco na aprendizagem e na constituição de competências em contraposição ao paradigma tradicional de acumulação de conhecimentos. A metodologia decorrente desta concepção estaria orientada para o processo de trabalho do sujeito que aprende. As competências, segundo os Referenciais Curriculares, são “saberes articulados e mobilizados através de esquemas mentais”, e as habilidades “permitem que essas competências sejam colocadas em ação em realizações eficientes e eficazes” (BRASIL. MEC, 2000, p. 26-28).

Podemos encontrar na Reforma da Educação Profissional as mesmas noções e intenções presentes na Reforma Administrativa do Estado. A referência ao mercado tomado como uma realidade dada e onipresente, a flexibilidade, a competência associada à eficiência, a tentativa de senaização das escolas técnicas públicas, através da transposição da experiência das agências de preparação de mão-de-obra vinculadas às empresas privadas, compõem a nova racionalidade governamental.

O estudo da Reforma do Estado e os processos de subjetivação em instituições de educação profissional levaram em conta os novos paradigmas propostos para a educação profissional, que buscavam atender à nova racionalidade governamental. Portanto, em nossa pesquisa, entender a Reforma do Estado como um dispositivo para os processos de governamentalização implica reconhecer as modificações ocorridas também nas escolas técnicas como ferramentas do dispositivo que agem moldando condutas.

No contexto das transformações no mundo do trabalho, deveria haver uma completa mudança de comportamento e de habilidades

por parte dos trabalhadores, de modo a melhorar a produtividade num momento de competitividade e fragmentação dos mercados. À escola caberia ajustar a formação do indivíduo ao novo perfil de trabalhador que estava sendo requisitado pelo mercado, onde agora não mais vigorava a lógica do pleno emprego, mas a lógica da empregabilidade. Para disputar o mercado de trabalho, passa a ser necessária comunicação clara e precisa; capacidade de análise tanto para solucionar conflitos como para prever e corrigir problemas do sistema produtivo; familiaridade com computadores e novas tecnologias; capacidade para enfrentar as mudanças individualmente e em equipe; responsabilidade, versatilidade, equilíbrio emocional, polivalência, formação continuada. Enfim, essas características dariam garantias de empregabilidade ao indivíduo e promoveriam as melhorias contínuas no processo produtivo.

Para estar à altura das exigências de um mercado versátil, caberia ao indivíduo ser “empresário de si mesmo”. Na versão contemporânea do liberalismo, o postulado do *Homo Economicus* é extremado, na medida em que o sujeito deve ser um empreendedor de sua utilidade, governando sua própria conduta.

Vimos que a mudança do ensino técnico envolveu um conjunto de formulações e saberes contidos na denominada Reforma da Educação Profissional, que ocorreu no mesmo período em que houve a aprovação do Plano Diretor da Reforma do Estado e foi talvez mais avassaladora e mais bem sucedida na sua implementação que a própria Reforma do Estado. Cabe reafirmar que os novos saberes coexistem com os discursos existentes, gerando muitas vezes confrontos de diferentes lógicas ou racionalidades que foram importadas parcialmente de sociedades cujas condições sociais são bastante diferentes daquelas apresentadas nos contextos importadores. Este fenômeno é denominado de hibridação em Badie e Hermet⁴, citados Benites (2004).

A discursividade produzida pela reforma da educação profissional em prol da formação

dos novos sujeitos potencializa as estratégias de governo e auto-governo dos indivíduos, pois

este discurso, ao produzir a necessidade de educar para a empregabilidade, ao fazer emergir novas racionalidades políticas, põe em funcionamento técnicas sutis de governamentalidade, através das quais é possível moldar e normalizar a conduta, as aspirações, as decisões dos indivíduos, com o propósito de alcançar objetivos considerados desejáveis (BAMPI, 2003).

As práticas de governo contemporâneas ao subjetivarem os indivíduos, os objetivam como cidadãos empreendedores. Para tal, é necessário que se auto-governem de uma forma específica, ou seja, sujeitos de diálogo, respeitosos, cumpridores de deveres e merecedores de direito, que saibam conviver em grupo, sujeitos de saber, objetivados e guiados pelas sedutoras promessas de liberdade e flexibilidade, ao contrário da tão criticada rigidez disciplinarizada dos tempos tayloristas-fordistas.

Neste sentido, pode-se dizer que estamos diante de uma transformação operada nos últimos tempos que é a hipervalorização generalizada do indivíduo. Vemos um hiperinvestimento do Eu, seja como resposta a situação de vulnerabilidade com a qual os sujeitos vêm se deparando, seja como tentativa de seguir a lógica da privatização.

6 Finalizando algumas considerações

O enunciado da eficiência nos serviços do Estado, presente centralmente no discurso que sustenta a Reforma do Estado, constituiu um dos eixos de análise na nossa pesquisa. Vimos que existiu um movimento discursivo buscando desqualificar o serviço público e oferecendo como exemplo de sucesso e eficiência o trabalho no setor privado. Entretanto, o que concluímos, a partir de nosso estudo, interroga certa homogeneidade com que tratamos este discurso desconstitutivo do setor público. Ou seja, existem algumas áreas de atuação do Estado,

⁴ BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. Política Comparada. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

tais como as escolas de educação profissional estudadas, que estão fora desta suposta ineficiência, tendo, ao contrário, um desempenho importante e reconhecido/valorizado pela sociedade. A propósito desta heterogeneidade, é importante dizer que as práticas governamentais são exercidas num campo estratégico em que existem diferentes forças e discursos jogando. Evidenciamos que o tema da eficiência do trabalho não é uma questão presente nas escolas técnicas estudadas. Ambas as instituições são valorizadas e reconhecidas nos seus municípios e regiões pelo trabalho que realizam, pois resultam na qualificação profissional dos jovens, possibilitando o ingresso destes jovens no mercado de trabalho. Com isto, não se quer dizer que existe uma correspondência que deveria se traduzir em investimentos, por parte do Governo do Estado ao reconhecimento existente por parte da comunidade. A eficiência das escolas estudadas leva-nos a pensar em duas possibilidades para compreender esta situação. A primeira delas diz respeito ao trabalho que, apesar das mudanças contemporâneas no mundo do trabalho, preserva o seu valor simbólico na sociedade. As famílias atribuem ao trabalho associado à educação a oportunidade de oferecer uma vida melhor aos seus filhos. Estamos tratando, pois, de duas tecnologias de poder que servem à produção de sujeitos pautados pela organização e pelo controle das condutas, ou seja, a escola e o trabalho. Por sua vez, os filhos dessas famílias reproduzem/consolidam/partilham desta visão e assumem uma postura diferente, conforme as falas dos professores, dos alunos de escola particular e/ou apenas de ensino propedêutico, comprometendo-se muito mais com os estudos. Agrega-se a isso o próprio contexto escolar de uma escola técnica que permite ao aluno estar nos laboratórios e oficinas, desenvolvendo projetos, praticando o conhecimento aprendido. O outro aspecto está relacionado à estreita vinculação das escolas ao setor produtivo privado, outra esfera muito valorizada pelo discurso governamental e social. Ou seja, há um resultado no trabalho destas escolas que atende aos interesses e às necessidades das empresas da região. Por isso, diferencia-se das escolas de Ensino Médio, onde os alunos saem

sem perspectivas, pois muitos não têm condições financeiras para continuar os seus estudos na Universidade e também porque a formação obtida não lhes dá nenhuma qualificação para conseguir um trabalho cuja remuneração seja razoável.

Entendemos, neste estudo, que as atividades dos trabalhadores nas instituições de educação profissional pesquisadas se constituem num componente do exercício de governo, no qual se articulam o governo dos outros e o governo de si. O governo dos outros envolveria o aprofundamento e a sofisticação dos instrumentos de controle sobre os trabalhadores, através das estratégias de gerenciamento-empresariamento trazidas para o interior do Estado (terceirização, precarização do trabalho, práticas discursivas orientadas para a eficiência e a qualidade, etc.), de modo a potencializar a capacidade de controle sobre a população e os funcionários. O outro jogo, jogado na esfera do indivíduo, nos mostra que as táticas de governo não seriam eficazes sem a mobilização das subjetividades para esse objetivo.

O conjunto de saberes e práticas compartilhados entre os trabalhadores para a realização da missão da escola faz desses trabalhadores agentes ativos no processo de produção de verdades cujo alvo é a população de alunos. Deste processo é que emergem determinados processos de subjetivação no serviço público. É preciso produzir-se enquanto sujeito zeloso, responsável, prudente, pois produzir-se como sujeito seguro e convicto é uma tática para impor e legitimar as verdades produzidas no meio educacional e empresarial, no caso das escolas técnicas.

Vemos que a racionalidade governamental funciona através dos sujeitos que se constituem em aliados importantes para a eficácia da implementação dos seus programas e projetos. Entretanto, identificamos, também a partir da problematização de si e do trabalho de reflexão possibilitado pela entrevista, que os trabalhadores deixam aparecer microrresistências, através de discursos queixosos que envolveriam o “não-trabalho de alguns colegas – que não fariam por merecer a oportunidade que

estão tendo” –, os problemas de saúde, os baixos salários e a falta de investimento nas pessoas e nas escolas.

Não pretendemos realizar generalizações a partir do nosso estudo, tendo em vista o referencial metodológico escolhido, mesmo porque o serviço público estatal apresenta uma heterogeneidade no seu interior. Ressaltamos as diferenças existentes entre as instituições investigadas, ainda que apresentem um elemento em comum, fundamental na análise da racionalidade governamental. Neste sentido, os resultados da investigação possibilitaram uma reflexão importante sobre o reconhecimento da eficiência e da qualidade da escola técnica. Todos os trabalhadores afirmaram que as suas escolas “são muito boas” e que apesar das dificuldades financeiras e dos baixos salários, especialmente, na escola técnica estadual, os alunos recebem uma excelente formação profissional, sendo absorvidos pelas empresas da região. O que nos faz pensar que, apesar das tentativas dos governos de reduzir investimentos e, até mesmo, de transferir a responsabilidade pela educação profissional ao setor privado, identificamos, ainda na escola técnica, uma tecnologia discursiva potente para legitimar e também deslegitimar, no sentido de mostrar que o público pode funcionar, desde que aliado ao privado, tratando-se de fato de uma tensão interna aos distintos modelos de liberalismo, o regime de verdade presente na sociedade. A escola pública apesar de funcionar com poucos recursos financeiros, vem operando com muita eficácia a condução da conduta dos trabalhadores, através de novas tecnologias de poder gerencial que buscam se apropriar das individualidades capturando agora não somente os seus corpos como também as suas almas. Ainda que a lógica de gestão do setor privado encontre resistências nos trabalhadores para ser implantada na gestão das escolas públicas, ela está entranhada, de forma invisível e pulverizada, nas práticas discursivas das escolas e da sociedade, fazendo com que a escola continue cumprindo com eficiência a sua função disciplinadora e normalizadora.

Os caminhos da pesquisa nos mostraram como a escola tem assumido um papel

relevante na constituição de subjetividades na sociedade atual,

A educação institucionalizada sintetiza todos os problemas de governamentalidade, para utilizar uma expressão de Foucault, enfrentados pelo estado capitalista numa situação de profundas transformações econômicas e sociais. A educação não está apenas no centro do projeto educacional moderno, ela está no centro dos problemas de governamentalidade do moderno estado capitalista (SILVA, T. 1995, p. 253).

Pensamos que as instituições pesquisadas, nas quais se identifica a qualidade do ensino associada à satisfação dos seus trabalhadores, a partir de um engajamento coletivo, revelam a existência de um modelo conciliador. Talvez seja síntese criadora de jeitos possíveis de lidar com um contexto, no qual o papel do Estado está em disputa na sociedade, colocando em ameaça permanente a existência das instituições e do emprego. Ao mesmo tempo em que o resultado do trabalho é reconhecido e valorizado pela comunidade e pelos próprios trabalhadores das escolas, que demonstram orgulho nos seus relatos, podemos sugerir ainda uma síntese possível nos processos de produção das subjetividades tendo em vista a contradição enfrentada nos seus cotidianos profissionais. Os trabalhadores das escolas devem adotar o conjunto de saberes, procedimentos, leis e tecnologias que é acionado pelo dispositivo da Reforma do Estado e da própria educação profissional, na condição de servidores e de educadores. Através da incorporação das novas pedagogias e dos novos discursos sobre a empregabilidade e a competência, devem conduzir a conduta dos seus alunos-trabalhadores de modo a atender às demandas da sociedade contemporânea. Apesar da potência dos enunciados da Reforma, o trabalho nestas escolas preserva ainda um espaço de autonomia, criação e liberdade que se situa na valorização do próprio trabalho e no grau de liberdade próprio a uma determinada noção de educação pública que resiste a lógica do aluno-cliente.

Finalmente, evitamos pensar o Estado como uma unidade homogênea, mesmo reconhecendo as suas características centralizadas

e centralizadoras, propondo algumas noções formuladas por Foucault, especialmente a noção de governamentalidade. Assim, buscamos compreender como a escola técnica pública opera nas redes das práticas governamentais, através de um conjunto de técnicas, práticas e saberes que se originaram fora do universo estatal e que foram nele introduzidas por conta de uma multiplicidade de estratégias de poder. Por isso, entendemos que as mudanças nos regimes de poder no capitalismo contemporâneo e as novas configurações do ethos social extrapolam o espaço estatal e as modificações no seu interior, as quais não devem ser redutíveis aos processos produzidos no seu próprio espaço.

Referências

- ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BAMPI, L. R. **Governo etnomatemático**: tecnologias do multiculturalismo. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2003.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BENITES, L. F. **Controle, governo e subjetividade**: um estudo sobre o trabalho na previdência social no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- BENITES, Luiz Felipe Rocha. **A governamentalização do estado contemporâneo**: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 12, p. 274-303, 2004.
- BRASIL. Ministério da Administração e da Reforma Administrativa. **Os avanços da reforma na administração pública: 1995-1998**. Cadernos do MARE da Reforma do Estado n. 15: Os Avanços da Reforma na Administração Pública. 1995-1998. Brasília, 1998.
- BRASIL. Presidência da República - Câmara da Reforma do Estado. **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**. Brasília: 1995.
- BRASIL. **Educação profissional**: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico. Área profissional: indústria. Brasília: Ministério da Educação – MEC, 2000.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. Cadernos do MARE da Reforma do Estado. n.º 1/98. Disponível em: <http://www.mare.gov.br> Acessado em 15 nov. 1998.
- CABANES, R., Haroche, C. **Propriété privée, propriété sociale, propriété de soi**: entretiens sur la construction de l'individu moderne. Paris: Fayard, 2001.
- FIORI, J.L. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.
- _____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. O Sujeito e o poder. In DREYFUS, H.; RABINOW, P. Michel Foucault: **Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a.
- _____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1995b.
- _____. Sexualidade e solidão. In: MOTTA, M.B. (org). **Ética, sexualidade e política**. Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. pp.92-103.
- FRANÇA, B.H. **O Barnabé**: consciência política do pequeno funcionário público. São Paulo: Cortez, 1993.
- HARDT, M.; NEGRI, Antonio. **Império**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- KIRSCHNER, T.C. (Coord.). **Modernização tecnológica e formação técnica-profissional no Brasil**: impasses e desafios. Texto para discussão n. 295. Brasília: IPEA, março, 1993.
- NAFFAH NETO, Alfredo. **Outr'em - mim**: ensaios, crônicas, entrevistas. São Paulo: Plexus, 1998.

NARDI, H.C. **Trabalho e ética**: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

RAMMINGER, Tatiana. **Trabalhadores de saúde mental**: reforma psiquiátrica, saúde do trabalhador e modos de subjetivação nos serviços de saúde mental. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade

Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. O projeto educacional moderno: identidade terminal? In: VEIGANETO, Alfredo (Org). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. p. 245-260.

